

Setor de petróleo atrai novos negócios

Governo, Sebrae e Onip estão incentivando pequenas empresas a participarem como fornecedoras das exploradoras de petróleo

De olho no desenvolvimento do setor petrolífero no Estado, pequenas empresas estão investindo no fornecimento de produtos e serviços para as companhias que atuam nesse segmento.

Um projeto desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Microempresas (Sebrae) – em parceria com a Organização Nacional da Indústria de Petróleo (Onip), o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – está incentivando pequenas empresas

de diversos segmentos a buscar qualificação para que possam ser fornecedoras de companhias de petróleo.

Doze estados brasileiros onde existe a exploração de petróleo, entre eles, o Espírito Santo, fazem parte desse projeto, que deverá beneficiar cerca de 360 pequenas empresas em quase 50 municípios.

Segundo Eliane Borges, técnica da Unidade de Desenvolvimento Setorial no Sebrae Nacional, o interesse em apoiar pequenas empresas para esse segmento começou em 2000, depois da flexibilização da ex-

ploração do mercado de petróleo no Brasil.

Eliane explicou que, com a abertura de mercado para novas empresas, outros empreendedores viram nesse setor uma possibilidade de ampliar sua atuação.

A técnica do Sebrae ressaltou que, de acordo com dados da Onip, os investimentos na cadeia produtiva de petróleo serão de aproximadamente US\$ 100 bilhões (R\$ 289 bilhões).

“Cerca de 50 grandes empresas estão explorando petróleo no Brasil. Dessa forma, os pequenos fornecedores passam a ter várias possibilidades no mercado”, disse.

Eliane informou que as micro e pequenas empresas participam do segmento petrolífero como fornecedoras de produtos, como eletroeletrônicos, uniformes e alimentação, além de oferecer cursos a distância para as grandes companhias.

Estado recebe investimento

O desenvolvimento da exploração de petróleo no Espírito Santo está atraindo a atenção de empresas que desejam se instalar no Estado.

De acordo com o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Júlio Bueno, algumas empresas estão interessadas em atuar no Espírito Santo.

“O setor petrolífero está aquecendo a economia capixaba. As negociações com novas empresas estão acontecendo e acredito que muitos setores serão beneficiados”, avaliou Bueno. Segundo ele, a instalação de novas empresas no Estado vai resultar, principalmente, na geração de empregos.

“Além dos investimentos que serão realizados no Espírito Santo, a instalação de novas empresas vai promover a geração de novos postos de trabalho”, disse o secretário estadual de Desenvolvimento.

Na opinião de Bueno, a ex-

ploração de petróleo e a possível instalação de uma refinaria no Estado serão fatores benéficos para a economia capixaba, principalmente, para as pequenas empresas.

“As micro e pequenas empresas serão essenciais no desenvolvimento do Estado. Elas também terão os negócios ampliados com o fornecimento de produtos e serviços para as grandes exploradoras de petróleo”, ressaltou Bueno.

Ele acrescentou que as empresas capixabas não serão esquecidas no processo de exploração de petróleo no Espírito Santo.

A própria Petrobras já informou ao governador do Estado, Paulo Hartung, que 30% dos contratos de serviços a serem realizados pela estatal no Espírito Santo deverão priorizar as empresas capixabas – quando elas estiverem atuando no mesmo patamar de outras empresas.

Presidente da Petrobras visita BC-60

A vinda do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, ao Espírito Santo, no próximo dia 30, foi confirmada pela empresa. Além de visitar a plataforma P-34, Dutra divulgará parcerias com o governo estadual.

Embora a agenda oficial da visita de Dutra ainda não tenha sido divulgada, a plataforma P-34, localizada no bloco BC-60, no Sul do Estado, deverá ser incluída entre os compromissos do empresário, que será acompanhado pelo governador do Estado, Paulo Hartung.

Em visita ao Espírito Santo na semana passada, o gerente de comunicação nacional da Petrobras, Luiz Fernando Nery, confirmou que Dutra virá ao Estado no final do mês.

Além de anunciar algumas parcerias com o governo estadual – entre elas, a reforma do Palácio Anchieta –, o presidente da Petrobras também deve visitar a plataforma.

Bancos dispensados em operação

RIO – O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) decidiu dispensar os quatro grandes agentes financeiros numa operação de financiamento de R\$ 830 milhões à Petrobras para expansão da malha de dutos.

O diretor financeiro do banco estatal, Roberto Timótheo da Costa, declarou na quarta-feira que este não será um caso isolado: o BNDES vai deixar de trabalhar com as instituições repassadoras de recursos sempre que considerar muito altas as taxas cobradas pela intermediação.

Timótheo não listou as instituições que foram cortadas da operação com a Petrobras, mas

o relatório de desembolsos do BNDES enumera como maiores repassadoras de recursos no primeiro trimestre três bancos de varejo (Banco do Brasil, Bradesco e Unibanco), um banco de investimentos (Banco Santos) e um agente financeiro diretamente ligado a uma montadora de automóveis (Banco Volkswagen).

O diretor reconheceu, ainda, que a demanda por recursos no banco é insuficiente para fazer frente à quantidade de dinheiro disponível e fez uma crítica ao fraco interesse do setor privado.

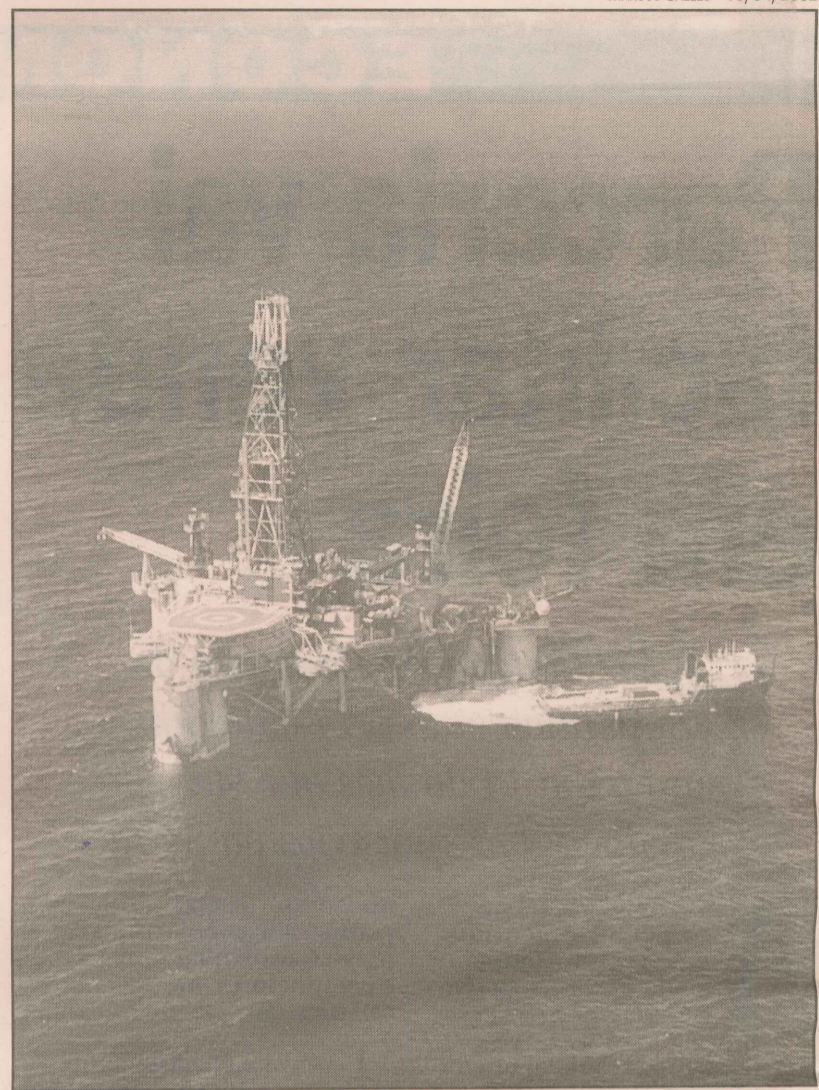
Segundo ele, o BNDES registra um recorde de recursos em caixa, em torno dos R\$ 10 bilhões,

e não tem demanda por novos financiamentos.

Obalancete do banco apresenta uma caixa de R\$ 20 bilhões. “O setor privado está esperando para investir e o primeiro passo tem de ser dado pelo setor público. Mas as restrições para emprestarmos ao setor público são enormes”, reclamou.

Disse que a atual diretoria está trabalhando, com entidades empresariais, para uma liberação dos financiamentos a governos estaduais, municipais e empresas estatais.

Estes empréstimos estão vetados pelo acordo com o FMI e pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).



Plataforma de petróleo: incentivos para pequenas fornecedoras

Empresas de telefonia querem negociar regras

BRASÍLIA – Para evitar o repasse integral do IGP-DI – 30,05% – aos consumidores, como previsto nos contratos, as concessionárias de telefonia fixa pedem ao governo regras menos rígidas que só estão disponíveis hoje para as operadoras de telefonia celular.

O Ministério das Comunicações já aprovou a ideia, mas caberá à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a palavra final.

Segundo a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), é a agência que negocia os aumentos de preços.

Um dos pleitos das concessionárias é a redução do prazo para suspensão da linha quando há inadimplência. A estagnação da economia e o aumento nas tarifas de assinatura fizeram aumentar o número de inadimplentes.

Hoje, os donos de telefone fixo que estiverem inadimplentes só têm sua linha cortada definitivamente após 90 dias da interrupção do pagamento. Com a telefonia celular, são apenas 75 dias.

Esses 15 dias de diferença serviriam como margem de manobra para as operadoras, permitindo às concessionárias

reduzir gastos e, conseqüentemente, evitar o repasse dos custos para o reajuste deste ano.

Além da equiparação ao serviço móvel na questão dos inadimplentes, as concessionárias de telefonia fixa fizeram outros pedidos ao governo, todos analisados por secretários técnicos dos ministérios da Fazenda, da Justiça e das Comunicações.

As sugestões são mantidas sob sigilo para evitar cobranças da sociedade na etapa de negociação.

Hoje, o superintendente de Serviços Públicos da Anatel, Marcos Bafutto, reúne-se com representantes das empresas para analisar o impacto dos pedidos nas tarifas.

Para evitar aumentos nos índices de inflação de uma só vez, o governo vem negociando há duas semanas com as concessionárias. Se os contratos fossem cumpridos à risca, as empresas poderiam solicitar o aumento com base no IGP-DI acumulado dos últimos 12 meses: 30,05%. O governo quer um reajuste entre 14% e 17% em julho e o restante no começo do próximo ano.

REFORMAS – As reformas propostas pelo governo federal e a forma como afetarão os micro e pequenos empresários serão o tema do 4º Fórum Nacional da Micro e Pequena Empresa. O evento acontecerá no dia 27 de junho, das 9 horas às 18 horas, paralelamente à Feira do Em-

preendedor, na Fiergs, em Porto Alegre. As discussões serão centradas nas reformas tributária e trabalhista, com o objetivo de informar os empresários e futuros empreendedores sobre a atual conjuntura política e econômica e os reflexos para os negócios.